

Falta de acordo mantém pauta de votações obstruída

Por falta de acordo entre governistas e oposicionistas sobre a votação de duas medidas provisórias (MPs), o Plenário não examinou ontem nenhum projeto. A pauta esteve obstruída por MPs em 25 das 32 sessões deliberativas convocadas desde o dia 16 de fevereiro.

Página 5

Trabalho escravo gera US\$ 31 bi anuais no mundo

As senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Slhessarenko analisaram, em discursos no Plenário, os resultados de pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo os quais são gerados às custas do trabalho escravo US\$ 31 bilhões a cada ano no mundo.

Página 4

Líderes fazem avaliações divergentes sobre a cúpula

Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio, e do PFL, José Agripino, apontam possíveis conseqüências negativas para as relações internacionais do Brasil, advindas da Cúpula América do Sul-Países Árabes. O líder do PT, Delcídio Amaral, destaca análises favoráveis ao encontro.

Página 7

Senadores criticam veto ao reajuste de salários

Renan condena quebra de acordo e afirma que Senado tem recursos para pagar o reajuste – que Mercadante considera inconstitucional, por não ter previsão orçamentária. Efraim diz que a Casa economizou para pagar a correção salarial

Página 3



Jane Araújo

VISITA O presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, que participou da Cúpula de Brasília, discute com senadores as relações entre seu país e o Brasil. Página 7



Célio Azevedo

DIÁSPORA A Comissão de Relações Exteriores analisa a saída de brasileiros do país em busca de melhores condições

Brasileiros no exterior enviam US\$ 6 bilhões por ano ao país

O Itamaraty estima que o país recebe a cada ano US\$ 6 bilhões enviados por 3 milhões de brasileiros que vivem no exterior. A intensificação do movimento emigratório, em busca de melhores condições de vida, foi analisada em audiência no Senado.

Página 6



COBRANÇA Antero lamenta que Meirelles tenha adiado sistematicamente sua ida à CAE

Antero quer explicações do presidente do BC

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu à Presidência do Senado que providencie o comparecimento ao Congresso do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para explicar o comportamento das políticas monetária e financeira do segundo semestre do ano passado.

Antero disse que Meirelles deveria ter dado as explicações pessoalmente até o fim de março, mas “vem adiando sistematicamente” sua vinda à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o presidente do BC deve prestar contas em reunião conjunta das comissões de economia e finanças do Senado e da Câmara no prazo de 90 dias após o encerramento do semestre.

– Há 15 dias Meirelles inventou uma viagem ao exterior para não vir ao Congresso. Caso ele não venha, terá de responder a processo – disse.

Presidindo a sessão, o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), informou que a CAE havia concordado com o adiamento solicitado por Meirelles. Mas aceitou o argumento de Antero de que o retorno ao país já acontecera e, assim, faria o comunicado à comissão.

Raupp: TCU investiga uso de recurso em termelétrica

■ Por decisão do tribunal, será avaliada aplicação de adicional cobrado dos consumidores para prevenir apagão

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) informou ontem que o Tribunal de Contas da União (TCU) baixou acórdão confirmando a procedência das denúncias que ele fizera anteriormente, tornando público “o possível descontrole sobre os bilhões de reais” que formam as Contas de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistema Isolados (CCC).

Trata-se de um adicional co-



DESARRANJO Para Raupp, a posição do tribunal confirma indícios de desordem nas contas do sistema

brado ao consumidor que o governo instituiu para manter as termelétricas que foram construídas para auxiliar o sistema elétrico em momentos de crise, como o “apagão”, em 2001. Ele diz que há previsão de receita

de R\$ 4 bilhões em 2005.

O TCU, conforme Raupp, pediu explicações à ministra de Minas e Energia, ao diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica e ao presidente da Eletrobrás. O acórdão recomenda avaliar a eficácia dos mecanismos de fiscalização e operacionalização das CCC e estimar a razoabilidade da extinção do encargo em 2022. O parlamentar lembrou que a imprensa repercutiu amplamente o caso e denominou-o de “ralo das elétricas”.

Os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Gerson Camata (PMDB-ES) e Alberto Silva (PMDB-PI) apoiaram Raupp.



ESTRAGO Conforme Alberto Silva, gastos adicionais com diesel superam verbas para recuperação das vias

Alberto Silva destaca prejuízos nas rodovias

Os buracos nas estradas estão obrigando os quase 2 milhões de caminhões que circulam pelo país a gastar 4 bilhões de litros de óleo diesel a mais por ano. Ao fazer a denúncia, ontem, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse que esse excesso de consumo equivale a R\$ 6 bilhões, o dobro das verbas que o governo federal destinará nos próximos dois anos à recuperação de rodovias.

– É inacreditável que tenhamos chegado ao ponto em que o prejuízo por ano com os buracos nas estradas represente o dobro do que se gastaria para a recuperação de 25 mil quilômetros estragados – lamentou.

Agenda

Plenário discute preconceito racial

O Senado promove, às 9h, sessão não deliberativa. Às 10h, o Plenário realiza audiência pública sobre o preconceito racial, por iniciativa da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial. Está confirmada a presença

de mais de 40 convidados, entre eles, o jogador de futebol Grafite, a cantora Leci Brandão e os ministros do Esporte, Agnelo Queiroz, e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro.



TV discute ensino infantil obrigatório

A proposta de emenda constitucional que obriga o governo a oferecer ensino gratuito e obrigatório a todas as crianças entre zero e seis anos é o tema do programa *Entrevista*, da TV Senado, que conversa com a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL), autora do projeto. O programa vai ao ar hoje, às 7h30, com reprises amanhã, às 12h30, e no domingo, às 17h30.

Israel em fotos

A Senado Galeria, entre os anexos da Câmara e do Senado, apresenta a mostra de fotos “Israel sob os meus olhos”. A exposição é uma iniciativa da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado e da embaixada de Israel no Brasil.

Cidade Negra

A banda de *reggae* carioca Cidade Negra é a atração do *Escala Brasileira*, que a Rádio Senado apresenta amanhã, às 20h. O programa traz canções consagradas do grupo, além de entrevistas com seus componentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ATENÇÃO Importância econômica do estado, conforme Pavan, justifica liberação de maior volume de verbas

Pavan cobra mais recursos para Santa Catarina

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra o que classificou como “descaso do governo federal” com Santa Catarina. Ele citou estatísticas para realçar a importância econômica do estado, que, segundo o parlamentar, tem recebido poucos recursos do governo.

– As exportações catarinenses cresceram cinco vezes mais que as brasileiras, e ainda assim o estado recebeu apenas R\$ 54 milhões em repasses, enquanto o Amapá recebeu R\$ 90 milhões, mesmo tendo somente meio milhão de habitantes – comparou Pavan.

Senado tem dinheiro para o reajuste, diz Renan

■ Presidente da Casa admite possibilidade de derrubar o veto ao aumento de 15%

O Senado tem recursos para pagar o reajuste de 15% concedido a seus servidores por meio de projeto de lei que o presidente Lula vetou na quarta-feira. A garantia foi dada ontem pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. Referindo-se à possibilidade de derrubada do veto, ele disse que, assim como o Executivo tem o direito de vetar, o Legislativo tem o direito de votar.

– Claro que o Executivo tem o direito de vetar, mas o Legislativo tem o direito de votar, e vamos exercer na plenitude esse direito – adiantou.

De acordo com Renan, não é verdade que o Senado não tem orçamento para pagar o reajuste dos seus servidores. Ele afirmou que já foram pagos R\$ 25 milhões desse reajuste e que, para 2005, está prevista a cifra de R\$ 103 milhões para essa despesa.

– O Senado tem caixa, não precisa suplementar nada. Nós cortamos custos dentro da nossa política de austeridade,

não aumentamos salários dos senadores, não ampliamos verbas de gabinete; aliás, nem temos verbas de gabinete.

Renan insistiu no fato de que esse reajuste foi consequência de aumento – entre 15% e 37% – concedido pelo Executivo, em 2004, a seus servidores. Ele citou acordo realizado pelo governo Lula com o então presidente do Senado, José Sarney, que resultou no reajuste dado

aos servidores do Congresso e que foi pago em novembro, dezembro e no 13º salário a que tiveram direito em 2004.

O presidente do Senado também explicou que foi em razão de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter entendido que o Legislativo não podia dar esse reajuste por decisão da Mesa diretora que as duas Casas do Congresso aprovaram projeto de lei nesse sentido.

Mercadante justifica o veto de Lula

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), justificou ontem o veto do presidente Lula ao projeto de lei que concedia aumento de 15% aos servidores do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo ele, o reajuste foi vetado por ser inconstitucional, uma vez que não havia previsão orçamentária para sua efetivação.

De acordo com Mercadante, o reajuste acarretaria em despesas extras para o Senado R\$ 222 milhões este ano. Para todo o Poder Legislativo, o montante chegaria a R\$ 578 milhões. Embora tenha reconhecido a alta qualidade dos servidores do Legislativo, Mercadante considerou o reajuste “incompatível com a situação fiscal do país”. Além disso, observou, o Su-



RAZÃO Segundo Aloizio Mercadante, reajuste foi vetado por ser inconstitucional

premo Tribunal Federal (STF) poderia estender, por isonomia, o reajuste aos servidores dos outros poderes. Nesse caso, a despesa extra da União, segundo o líder, chegaria a R\$ 9,5 bilhões.

Mercadante leu trecho de

seu pronunciamento durante a votação do projeto de lei que concedeu o reajuste aos funcionários do TCU, quando foi o único voto contrário. Mas o líder do PFL, José Agripino (RN), lembrou que Mercadante fora o relator do projeto que concedeu o reajuste aos funcionários do Senado e da Câmara, aprovado por unanimidade.

Em resposta, Mercadante, primeiramente, disse ter ouvido do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que havia recursos para o reajuste. Posteriormente, ao concordar com a crítica de Agripino, afirmou que tanto o governo quanto as Mesas da Câmara e do Senado “deveriam ter deixado claro para ele e para o Congresso que os recursos não estavam previstos no Orçamento”.



ÔNUS Agripino: contratos por tempo determinado consumiram R\$ 610 milhões em 2004

"Crescem gastos com os contratos sem concurso"

O líder do PFL, José Agripino (RN), analisou o veto do presidente Lula aos projetos de lei que reajustam em 15% os vencimentos dos servidores do Legislativo e disse que se solidarizava com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Para Agripino, Mercadante foi humilhado, já que relatou um desses projetos.

Agripino acredita que o veto foi um erro.

– De que adianta vetar o reajuste se o governo aumentou os gastos com contratados por tempo determinado, sem concurso? Em 2002, eram gastos R\$ 227 milhões com essas pessoas. Em 2004, o número subiu para R\$ 610 milhões – frisou.

Heráclito Fortes (PFL-PI) parabenizou Agripino pela “atitude de grandeza”.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que acabara de ver Mercadante defender o veto na TV: “Isso tudo é uma jogada do governo para colocar mal o Congresso Nacional”.



INTERFERÊNCIA Almeida Lima conclama parlamentares a rejeitar o veto presidencial

Almeida Lima diz que acordo foi rompido

Almeida Lima (PSDB-SE) criticou o presidente Lula pelo veto aos projetos de lei que concedem reajuste aos funcionários do Legislativo. O senador classificou a atitude de “interferência excessiva” e conclamou os parlamentares a derrubarem o veto.

– O presidente Lula vetou os projetos que foram aprovados nas duas Casas do Congresso Nacional, por meio de um amplo consenso, rompendo um acordo feito com as lideranças. Houve interferência excessiva, abusiva e inconstitucional do Poder Executivo sobre a autonomia do Poder Legislativo.

Almeida Lima lembrou que o próprio presidente do Senado criticou o ministro do Planejamento, que afirmou não haver previsão orçamentária para cobrir o gasto adicional, que, segundo ele, seria de R\$ 577 milhões anuais. Os congressistas, no entanto, calcularam que a despesa fosse de, no máximo, R\$ 300 milhões.

Efraim contesta dados da liderança do governo

O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), falando em nome da Mesa, afirmou que os números e fatos apresentados pelo senador petista não eram verdadeiros.

– Quero deixar claro, como primeiro secretário da Casa, que o Senado não precisa de crédito suplementar para o pagamento de aumento de 15% aos servidores. A despesa foi, em média, de R\$ 8 milhões por mês, não podendo, então, chegar a R\$ 222 milhões em um ano. O reajuste não incide em toda a remuneração, apenas no

vencimento – afirmou Efraim, cogitando que Mercadante fora induzido ao erro por sua assessoria, que aplicou 15% sobre toda a folha de pagamento.

Efraim salientou que o reajuste foi fruto de acordo entre as Mesas da Câmara e do Senado, “com participação ativa e endosso do então ministro do Planejamento, Guido Mantega”. Disse ainda que o Senado pagou o reajuste dos meses de novembro e dezembro e também do 13º salário a seus servidores, cujo montante total não chegou a R\$ 25 milhões.



REAÇÃO Efraim sustenta que o Senado não precisa de crédito suplementar para o pagamento

O 1º secretário lembrou também que Renan Calheiros determinou cortes de R\$ 30 milhões nos gastos da Casa para garantir o pagamento do reajuste aos servidores.

derrubar. Por fim, Antero manifestou-se indignado com a torpeza e a baixez, “sob qualquer ângulo que se olhe”, do tratamento dado pelo governo ao ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo.

•••••
Arthur Virgílio considera arbitrário ato do presidente

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), considerou arbitrária a decisão do presidente Lula de vetar o projeto de lei que concede aumento de 15% aos servidores do Legislativo. Ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) exigira

que o aumento, antes concedido por decisão das Mesas das duas Casas, fosse determinado por meio de projeto de lei, o que de fato ocorreu. Para ele, o Congresso Nacional deve agora derrubar o veto.

Em aparte, o senador Romeu

Tuma (PFL-SP) considerou o veto “um desrespeito ao Congresso Nacional”.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) perguntou quem fora o relator do projeto que concedia o aumento e quem, na verdade, Lula queria



TECNOLOGIA Suassuna cobra do governo funcionamento do Instituto Nacional do Semi-Árido

Para Suassuna, pesquisa pode ajudar agricultor

Ao relatar as dificuldades climáticas enfrentadas pelo Nordeste e a necessidade de pesquisas para o desenvolvimento da agropecuária na região, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou ontem do governo o funcionamento do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa), sediado em Campina Grande (PB).

O parlamentar frisou que a região do semi-árido exige um empenho especial para seu desenvolvimento, com uma tecnologia adaptada às condições próprias do clima nordestino.



OTIMISMO Nezinho diz que Tocantins comemora um aumento superior a 60% na produção de soja

Nezinho Alencar prevê futuro promissor para TO

O senador Nezinho Alencar (PSB-TO) saudou o avanço do cultivo de soja nas regiões Nordeste e Norte, especialmente no Tocantins, "onde a produção cresce velozmente". Embora apresente uma posição discreta no *ranking* de produtores nacionais – a safra 2003/2004 rendeu pouco mais de 600 mil toneladas –, o estado comemora um aumento superior a 60% no volume de produção.

– Em termos de área plantada, esse acréscimo foi de quase 65% e, nos últimos cinco anos, o crescimento acumulado da produção foi de 343% e o de área plantada, de 331% – informou ele.

Trabalho escravo é maior em Mato Grosso, diz Serys

■ Senadora afirma que o próprio governo tem dificuldade para reprimir essa prática criminosa no estado

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) denunciou que Mato Grosso continua liderando o *ranking* dos estados que mantêm o maior número de trabalhadores escravos no país.

Segundo ela, documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) comprova que cerca de 25 mil pessoas ainda trabalham em regime de escravidão no país, apesar de o governo federal ter sido bastante atuante na repressão a essa prática, aplicando medidas severas



RESULTADO Serys lembra que apenas 30% das denúncias contra esse tipo de crime são atendidas

contra os responsáveis.

A senadora disse que apenas 30% das denúncias contra trabalho escravo conseguiram ser atendidas em Mato Grosso.

– Isso é grave. As equipes

de fiscalização do governo do estado e grupos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) estão encontrando dificuldades principalmente durante as empreitadas para plantação de soja e grãos – afirmou.

Desmatamento

Serys informou que Mato Grosso foi apontado ainda como o estado que mais tem desmatado sua área da floresta amazônica. O fato, segundo a senadora, foi noticiado como denúncia contra o governador Blairo Maggi, que teria sido comparado ao presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, por suas posições antiambientalistas, na coluna "Panorama Econômico", da jornalista Tereza Cruvinel, no jornal *O Globo*.

Desenvolvidos lideram *ranking* da escravidão

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comentou ontem os resultados da pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho escravo. O combate a essa prática é tema de projeto de lei (PLS 108/05) apresentado pela parlamentar.

O relatório, informou Ana Júlia, foi divulgado simultaneamente em Genebra, na Suíça, e em Brasília. Isso se deu porque o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a existência de trabalho escravo em seu território. O Brasil também foi o primeiro a incluir o tema entre as metas de Estado, fato que levou a OIT a conceder ao país uma menção honrosa.

Segundo a pesquisa, às cus-



APELO Ana Júlia pede à Câmara que vote com urgência emenda que expropria terras de criminosos

tas do trabalho escravo são gerados US\$ 31 bilhões por ano no mundo, o que, para a parlamentar, é inadmissível, especialmente num contexto em que a tecnologia é colocada a serviço do melhoramento das

condições de trabalho.

O relatório informa ainda que os países desenvolvidos lideram o *ranking* da escravidão. América Latina e Caribe estão em segundo lugar, com 1,3 milhão de trabalhadores escravizados.

Ana Júlia disse que participou ontem do lançamento, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de um programa nacional de combate ao trabalho escravo, que tem como objetivo resgatar a dignidade desses trabalhadores. Ela fez um apelo à Câmara para que vote logo a proposta de emenda que expropria terras de quem recorre a essa prática.

Juvêncio critica homologação de reserva em áreas sem índios

A homologação de reservas indígenas em áreas onde não vivem índios foi criticada ontem pelo senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). Ele acusou a Fundação Nacional do Índio (Funai) e organizações não-governamentais (ONGs) de estimularem indígenas a invadir terras particulares. Juvêncio reconheceu que o país tem uma grande dívida para com os índios; no entanto, destacou o parlamentar, a questão fundiária é muito delicada.

Juvêncio citou o artigo 231 da Constituição, que, assinalou, reconhece aos índios o direito apenas sobre as terras que ocupam tradicionalmente. O senador disse que as terras ocupadas por índios são realmente terras indígenas e devem ser demarcadas. Mas frisou que tais áreas têm de ser devolutas, sem títulos de propriedade.

– Há uma política na Funai que afirma que qualquer terra pode ser terra indígena, desde que se possa comprovar que



CONDIÇÕES Juvêncio observa que áreas têm de ser devolutas, sem títulos de propriedade

ali um dia houve uma aldeia. É o princípio da ocupação em tempos imemoriais; isso não é verdadeiro – avaliou o parlamentar.



SUSPEITAS Tuma comenta reportagem publicada na *Veja* intitulada "Ligações Perigosas"

Suposta ligação entre MST e PCC preocupa Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) mostrou-se preocupado com informação publicada pela revista *Veja* desta semana, em reportagem intitulada "Ligações Perigosas", sobre escutas telefônicas feitas pela Polícia Militar.

Segundo a revista, as escutas fornecem indícios de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teria orientado o Primeiro Comando da Capital (PCC) a organizar protesto de parentes de presidiários, que pediam mudanças no regime de visitas. O PCC é uma organização criminosa que atua no estado de São Paulo.



DENÚNCIA Osmar Dias lamenta descaso do governo do Paraná com educação fundamental

Escolas estão abandonadas, acusa Osmar Dias

Apesar da propaganda oficial do governo do Paraná, de que o estado apresenta índices de crescimento do PIB superiores aos de outras unidades da Federação, aproximadamente 30% das escolas municipais não contam com diretores nem equipes pedagógicas. A denúncia foi feita ontem pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), que lamentou o descaso do governo com a educação fundamental.

Segundo o senador, números oficiais mostram que, das 5.298 escolas municipais, 1.468 estariam funcionando em situação precária. Dessas, 1.115 situam-se na área rural e 353 nas cidades.



ÔNUS José Jorge divulga eleição de pessoas do governo "que fizeram mais crueldades com o povo"

José Jorge anuncia Troféu Berzoini

O senador José Jorge (PFL-PE) anunciou a realização, nesta semana, da sétima edição do Troféu Berzoini de Crueldade, cujo resultado será divulgado em julho. O prêmio foi criado em 2003, pelo PFL, quando o então ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, convocou o recadastramento de aposentados e pensionistas com mais de 90 anos. A eleição é feita pela Internet, por meio de uma lista com os nomes dos integrantes do governo que "fizeram mais crueldades com o povo brasileiro". O endereço para a votação é <http://www.pfl.org.br/berzoini>.



ENCARGOS Mão Santa cita um a um os 75 impostos que os cidadãos brasileiros pagam atualmente

Mão Santa ataca carga tributária do governo

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem o governo devido à excessiva carga tributária do país. Ele afirmou que "o PT, hoje, é o partido do tributo". E ressaltou que os brasileiros pagam atualmente 75 impostos, que citou um a um.

– Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, a carga tributária alcançará, no final do ano, 38% do produto interno bruto (PIB). São dois quintos da economia – disse.

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) assinalou, em aparte, que "é o brasileiro mais humilde quem paga os impostos listados por Mão Santa".

Mudanças na tramitação de MPs devem sair dia 19

■ Presidente do Senado informa a data para votação do relatório da comissão mista que analisa a matéria

Ao sair da reunião da comissão mista que estuda mudanças na tramitação das medidas provisórias (MPs), o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou para a próxima quinta-feira a votação do relatório do deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF). As alterações, disse ele, ocorrerão não só nos regimentos internos das Casas, mas também na Constituição.

Renan admitiu que ainda há divergência sobre dois pontos do relatório: a alternância entre Câmara e Senado para início da tramitação das medidas provisórias e a possibilidade de uma MP entrar em vigor somente depois dos dez dias previstos para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a urgência e relevância da matéria.

O senador Renan se manifestou a favor de Câmara e Senado se alternarem quanto ao início da tramitação das MPs. Para ele,



DESOBSTRUÇÃO Sigmaringa Seixas (E), com Renan, presidente do Senado, depois de reunião da comissão mista das MPs, presidida por Antonio Carlos

isso traria agilidade na tramitação, com o exame cruzado de duas MPs ao mesmo tempo.

Sobre a espera de dez dias para o início da vigência da MP, o presidente do Senado disse ser contrário, argumentando que a essência da medida é gerar efeitos desde sua edição. Mas alertou para o fato de que as MPs não podem mais impedir o trabalho do Legislativo.

– Nas 31 sessões deliberativas do Senado neste ano legislativo, só em oito a pauta esteve livre – assinalou.

Renan afirmou haver consenso sobre o fim das comissões especiais das MPs, deixando o exame de admissibilidade para

as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania das Casas.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que existe consenso sobre os prazos de tramitação das MPs antes que haja trancamento de pauta: serão 60 dias na Câmara, 45 dias no Senado e nove na Casa revisora.

Compareceram à reunião, os líderes José Agripino (PFL-RN), Osmar Dias (PDT-PR), Delcídio Amaral (PT-MS), além dos senadores José Jorge (PFL-PE), Amir Lando (PMDB-RO), Tião Viana (PT-AC), Fernando Bezerra (PTB-RN) e do presidente da comissão mista, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Sem acordo, duas medidas trancam pauta

Senadores da base do governo e opositores não chegaram ontem a um acordo sobre a votação de duas medidas provisórias e, mais uma vez, o Plenário do Senado não votou nenhum projeto. Nova tentativa de votação será feita na próxima terça-feira.

A primeira das MPs (231/04), que foi alterada na Câmara e se tornou o Projeto de Lei de Conversão 6/05, cria 3.490

cargos de Seguridade Social e do Trabalho – como médicos e enfermeiros – para hospitais do Ministério da Saúde, em especial no Rio de Janeiro.

A mesma MP cria a Gratificação de Incentivo à Atividade Intensiva de Assistência à Saúde (GIAAS), a ser paga aos servidores dos hospitais do Ministério da Saúde no Rio.

A segunda medida provisória (MP 236/05) que tranca a pauta

de votações autoriza o governo federal a repassar aos estados e municípios R\$ 2,89 bilhões a título de compensação por perdas de arrecadação com o fim da cobrança de ICMS sobre a exportação de produtos primários e semi-elaborados.

Assim que as duas MPs forem votadas, o Plenário terá pela frente a discussão de outras sete matérias – seis delas propostas de emenda à Constituição.

Para Efraim, reeleição é objetivo único do governo

Ao mesmo tempo em que menciona a "inépcia e inapetência" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em administrar o país, o senador Efraim Morais (PFL-PB) sustenta que o único norte político a conduzir as ações do governo é a reeleição.

Ele considera que a possível demissão do ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, e a criação de quase 20 mil cargos e empregos públicos

por medida provisória convergem para projeto político de reeleição.

Em sua opinião, esses são indícios do "apetite do Partido dos Trabalhadores" pelo domínio absoluto do poder. Efraim diz não ter dúvidas de que, se Aldo Rebelo deixar a Coordenação Política, o cargo será preenchido por um petista. Em relação aos cargos e empregos públicos criados, afirma que a iniciativa não se resume à distribuição de

benefícios a correligionários, mas busca também facilitar a reeleição com o domínio da máquina administrativa.

Efraim acredita que "nada vai acontecer" no resto do governo Lula, o que pode ter efeitos para os partidos governistas.

– Talvez seja preciso lembrar que, cumprido mais da metade do mandato, dificilmente será a partir de agora que se dará a efetiva distribuição do poder – comentou.

Renan fala sobre "mãe de todas as reformas"

Ao discursar ontem na sessão de encerramento do 17º Fórum Nacional da Dinamização da Agenda de Reformas: Prioridade à Reforma Política, no Rio de Janeiro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a reforma política é a "mãe de todas as reformas". Para Renan, é da reforma política que virão os pressupostos para aperfeiçoar o exercício do poder político.

– Um dos objetivos centrais da reforma que defendemos é criar condições para um relacionamento produtivo e eficaz entre os Poderes da República, especialmente entre o Executivo e o Legislativo – afirmou.

Renan lembrou que o Senado concluiu as últimas votações há quase três anos.

– As circunstâncias desde então criaram uma série de dificuldades para seu trâmite na Câmara – assinalou.



DISSONÂNCIA Motta se disse insatisfeito por saber que a reforma vai girar em torno da verticalização

Motta diz estar temeroso com reforma política

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) admitiu ontem, da tribuna, que teme a reforma política em discussão no país. Motta declarou-se insatisfeito por saber que a reforma priorizará apenas a verticalização de coligações partidárias.

O parlamentar afirmou que o ideal seria a reforma abranger também o financiamento público de campanhas, a moralização das eleições, a fidelidade partidária e, enfatizou, a coincidência de mandatos e o fim da reeleição.

– A reforma política vai girar apenas em torno da verticalização. Se ela for boa para o governo, será aprovada; se sentirem que não vai ser boa, não será aprovada. Se houver verticalização, o conchavo é feito em Brasília, e o resto do país tem que cumprir – comentou.

Costa pede apoio do governo aos imigrantes

Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou que o Brasil não tenha ratificado convenção internacional de 1990 de proteção aos direitos dos trabalhadores migrantes. Ele apontou falta de apoio aos trabalhadores brasileiros que vivem no exterior, citando o exemplo de imigrantes que morrem fora do país e cujas famílias não têm sequer condições de enviar os corpos de volta à terra natal.

– Não damos a menor importância aos US\$ 6 bilhões enviados anualmente por brasileiros que trabalham fazendo o serviço que os americanos e europeus não querem fazer. Isto é dinheiro sofrido, duro de ganhar – disse o parlamentar, autor do requerimento da audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo cálculos apresentados por Hélio Costa, o governo brasileiro arrecada quase US\$ 30 milhões por ano somente com a cobrança de vistos de cidadãos norte-americanos interessados em visitar o Brasil. Mesmo assim, afirmou, existem consulados como o de Houston, nos Estados Unidos, que contam com apenas uma funcionária para atender a telefonemas de centenas de brasileiros que vivem no país.

O senador criticou também a recusa, pelo governo norte-americano, de aproximadamente 80% dos vistos solicitados por cidadãos brasileiros.



ACORDO Hélio Costa lamenta que Brasil ainda não tenha ratificado convenção internacional de 1990



DISCUSSÃO Cristovam Buarque, entre Manoel Gomes Pereira e Cláudia Chagas, dirige debate na CRE sobre emigração

Brasileiros no exterior mandam US\$ 6 bi anuais

Audiência pública analisa situação de imigrantes brasileiros e motivos que os levam a deixar o país

O país recebe a cada ano cerca de US\$ 6 bilhões enviados por brasileiros que vivem no exterior. Mas deixa de contar com a iniciativa e o espírito empreendedor das pessoas que optam por deixar o Brasil. A questão migratória foi debatida ontem, na audiência

pública Diáspora Brasileira, promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Cerca de 3 milhões de brasileiros vivem em outros países, segundo o diretor-geral do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Itamaraty, Manoel Gomes Pereira. A quantia referente à remessa, explicou, é uma estimativa, pois as estatísticas do Banco Central indicam apenas metade do valor.

Conforme observou, a emigração se intensificou nos úl-

timos anos como resultado da busca por melhores condições de vida. Ele advertiu que os trabalhadores que deixam o país enfrentam sérios obstáculos para acumular recursos.

Ao abrir a audiência, o senador Cristovam Buarque (PT-DF), presidente da comissão, advertiu que estariam sendo exportadas as “esperanças dos brasileiros”. E nem sempre os sonhos de um futuro melhor se concretizam, como afirmou a secretária nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, Cláudia Maria de Freitas Chagas.

Suplicy defende livre circulação de pessoas

Na audiência, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a liberdade de ir e vir nas Américas. Ele considera que, se os Estados Unidos desejam mesmo a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a liberdade de circulação não deve ser apenas do capital, mas também em relação aos seres humanos.

Heráclito Fortes (PFL-PI) destacou o fato de muitos se dirigirem ao exterior por aventura e acabarem fazendo serviços que não aceitariam fazer no Brasil. João Batista Motta (PMDB-

ES) defendeu a adoção, pelo país, de uma política capaz de combater as causas dos fluxos migratórios.

Já Hélio Costa (PMDB-MG) destacou que os maiores problemas que têm ocorrido com os migrantes relacionam-se à política praticada pelos Estados Unidos depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Romeu Tuma (PFL-SP) disse que causa angústia saber que brasileiros hoje são barrados lá fora e que o Brasil já “foi esperança para muitos migrantes”.

Marcelo Crivella (PL-RJ) mencionou algumas migrações citadas na *Bíblia* para afirmar que a situação econômica brasileira e o conseqüente “sonho da terra prometida” provocam o fluxo migratório.

Afirmando que o ideal seria que as nações recebessem bem os imigrantes, Arthur Virgílio (PSDB-AM) sugeriu que se reflita sobre o que levou o Brasil a se transformar em um país “exportador de migrantes”. Ele pediu que os brasileiros sejam protegidos pelo governo do Brasil em todo o mundo.

Projeto facilita fluxo no âmbito do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem requerimento do seu presidente, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), propondo audiência pública para discutir formas de facilitar o trânsito de pessoas e de veículos nas fronteiras dos países do bloco. Para o debate, serão convidados o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e o presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, José Aírton Cirilo.

O colegiado aprovou ainda projeto (4.736/04) que autoriza o governo federal a firmar contrato de cooperação financeira com o Paraguai. Também foi acolhido projeto (3.350/04) que declara Santana do Livramento (RS) cidade-símbolo de integração brasileira com os países membros do Mercosul.

Parlamento do bloco

Sérgio Zambiasi relatou, durante a reunião, os resultados do encontro de parlamentares membros do Mercosul, realizado no início do maio, em Montevidéu. O encontro, como explicou, discutiu a elaboração do Protocolo de Constituição do Parlamento do Mercosul, em substituição à Comissão Parlamentar do Mercosul.

A sede do Parlamento será em Montevidéu e entre as principais atribuições estão a que garante à instituição a configuração de pessoa jurídica com capacidade processual perante o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, em especial para atuar em defesa de suas atribuições e interesses.

Pelas novas regras, o Parlamento do bloco será integrado por 99 representantes – 31 da Argentina, 36 do Brasil, 16 do Paraguai e 16 do Uruguai – escolhidos dentre os membros do Legislativo de cada país. Hoje, a Comissão Conjunta do Mercosul possui 64 parlamentares (16 por país), com mandato mínimo de dois anos.



CRÍTICA Antonio Carlos Magalhães acusa governo federal de ser passivo diante do problema da emigração

ACM mostra preocupação com "fuga em massa" para Estados Unidos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) se disse, em Plenário, preocupado com o que chamou de “fuga em massa” de brasileiros para os Estados Unidos. Segundo frisou, autoridades norte-americanas calculam que, até o fim do ano, cerca de 27 mil brasileiros serão capturados tentando

entrar ilegalmente no país.

– Isso revela uma conjuntura socioeconômica perversa, na qual o brasileiro não tem perspectivas, a não ser deixar a pátria.

Ele acredita que, assim como antes os nordestinos buscavam fazer a vida no Sudeste, hoje os Estados Unidos representam

um eldorado para pessoas de todo o país.

O parlamentar disse que muitos imigrantes arriscam a vida para se sujeitar a morar nos EUA em condições piores do que viviam aqui.

Antonio Carlos acusou o Executivo de estar sendo passivo diante do problema e assegu-

rou que o Congresso deve agir, aprovando uma “legislação eficiente” e investigando a forma como se dá a emigração.

No mesmo discurso, o senador aconselhou o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, a deixar o governo, pois considera que ele está sendo desmoralizado injustamente.

Jane Araújo



OTIMISMO O presidente Abdelaziz Bouteflika (C), recebido por Renan Calheiros (D), acredita que o Brasil ampliará presença na África

Presidente da Argélia prevê maior relação com o Brasil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, que representou a Liga Árabe na cúpula dos países árabes e sul-americanos. Durante a longa conversa no Salão Nobre do Senado, o presidente argelino disse que a consolidação das relações políticas entre os dois países deve ser traduzida no domínio econômico, político e social.

Abdelaziz Bouteflika salientou que o reforço das relações comerciais Brasil-Argélia poderá permitir uma presença maior do Brasil na África devido à privilegiada posição geopolítica daquele país – associado à União Européia e a uma hora de avião da Europa. Ele de-

monstrou interesse principalmente nas áreas de aeronáutica e mecânica.

– Estamos dando os primeiros passos nesses campos e a contribuição brasileira será fundamental.

O presidente da Argélia afirmou ainda que as relações entre as duas nações adquiriram uma dimensão humana excelente ao receber os exilados brasileiros durante a ditadura militar. Renan fez questão de registrar a gratidão do Brasil.

Entre os senadores presentes ao encontro estavam o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Cristovam Buarque (PT-DF), o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o líder do PMDB, Ney Suassuna (PB).

CCJ vota na terça nomes para conselhos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se, na terça-feira, pela manhã, para discutir e votar a indicação dos nomes que vão compor o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. Os dois colegiados foram criados no fim do ano passado por força da Emenda Constitucional 45, que dispõe sobre a reforma do Poder Judiciário e incorpora o conceito, há muito reclamado pela sociedade, de controle externo das ações e decisões da Justiça.

Na CCJ, caberá ao senador



PARECER Demostenes Torres vai relatar indicações para o Conselho Nacional de Justiça

Demostenes Torres (PFL-GO) relatar e proferir seu voto em relação a cada um dos indicados para o Conselho Nacional de Justiça, enquanto o senador Pedro Simon (PMDB-RS) dará seu parecer sobre os nomes propostos para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Líderes divergem sobre resultados da cúpula

■ Virgílio e Agripino temem repercussão negativa, enquanto Delcídio registra opiniões favoráveis

Os resultados da Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada esta semana em Brasília, continuam a repercutir no Plenário do Senado. Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), apontam possíveis consequências negativas para as relações internacionais do Brasil. Já o líder do PT, Delcídio Amaral (MS), destaca artigos de jornalistas brasileiros com análises favoráveis ao encontro.

Arthur Virgílio afirmou que o presidente Lula demonstrou tibieza “ao se apresentar com a mais incrível condescendência, transigindo ao menor uivo dos ditadores que o acompanharam na cúpula. O líder observou que Lula hoje está “longe daquele democrata da resistência” dos anos de ditadura militar no Brasil, criticando-o por ter consentido em “omitir a palavra democracia dos debates”.

– Tibieza, sim. Fragilidade, fraqueza, debilidade, frouxidão, indolência. Tudo isso se aplica como uma luva sob



"FRAQUEZA" Para Arthur Virgílio, o presidente Lula está "longe daquele democrata da resistência"

medida ao atual presidente da República.

Crise

José Agripino criticou a decisão do governo de promover a Cúpula de Brasília. Ele disse temer que as “24 horas de glória” se transformem em “24 meses de pedidos de desculpas”, em referência aos ataques dos países participantes aos Estados Unidos, à Inglaterra e a Israel.

– Esse governo gosta de fogos de artifício, de exibir prestígio. Importamos uma crise desnecessária, que pode gerar fraturas nas relações com países de quem dependemos. O que o povo brasileiro lucra com isso?

Citando manchetes dos maiores jornais do país, Agri-



AVANÇO Delcídio Amaral destaca artigos veiculados ontem na Folha de S. Paulo

pino criticou a falta de clareza no conceito de democracia expresso na declaração final do evento.

"Golaço"

Delcídio Amaral leu trechos de artigos de Eliane Cantanhêde e Clóvis Rossi, veiculados na edição de ontem da *Folha de S. Paulo*, e pediu sua transcrição nos Anais do Senado.

A matéria de Eliane Cantanhêde, com o título “Golaço”, surpreende, na opinião do senador, pela conotação positiva, ao ressaltar o sucesso do encontro. Em relação ao texto do jornalista Clóvis Rossi, intitulado “Surpresa é surpresa”, Delcídio destacou que o foco da cúpula ganhou maior projeção na parte política.

José Jorge registra decisão de Chávez sobre refinaria

José Jorge (PFL-PE) registrou declaração do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de que a empresa de petróleo venezuelana e a Petrobras construirão uma refinaria no Porto de Suape, em Pernambuco. Chávez teria feito o anúncio em Brasília, durante a Cúpula América do Sul-Países Árabes.

José Jorge criticou o presidente Lula por não ter conseguido, até agora, se posicionar sobre a localização da refinaria de petróleo a ser construída na região Nordeste. Ele também criticou a iniciativa do governo de promover a cúpula, que classificou como tentativa frustrada de mostrar liderança na América do Sul.

Para o senador, o único ponto positivo do evento foi o anúncio de Hugo Chávez. José Jorge informou que a refinaria,

orçada em US\$ 2 bilhões, irá se chamar Abreu de Lima, em homenagem ao general pernambucano que lutou com Simon Bolívar pela independência da Venezuela e de outros países.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) reconheceu a importância da refinaria para o Nordeste, mas lamentou que o presidente da Venezuela, e não o brasileiro, tenha escolhido o local.

José Jorge disse que a liderança pretendida pelo Brasil na América do Sul “deve ser construída com mais ponderação do que o governo brasileiro está querendo”. Ele ainda fez críticas pelo fato de o Brasil não ter conseguido colocar a palavra “democracia” no documento final do encontro, e de não ter havido referência aos direitos da mulher.

Parlamento Mercosul se reúne em Brasília

Brasília vai sediar na próxima semana a 4ª Reunião do Parlamento Mercosul, como informou Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ele afirmou ontem que, na ocasião, será realizada também a 9ª Reunião Birregional CPC – delegação Mercosul do Parlamento Europeu.

O encontro terá início na terça-feira, às 15h30, com a reunião conjunta dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e da Comissão Conjunta do Mercosul, no Plenário 3, do anexo II da Câmara dos Deputados. Às 17h30, acontece a 9ª Reunião Birregional CPC e, às 19h30, haverá uma recepção oferecida pelo chefe da delegação europeia.

Na quarta-feira, as atividades começam às 9h, com a reunião da Mesa diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Antero acusa governo de estimular a prostituição

■ Ele condena inclusão da categoria "profissionais do sexo" na lista de ocupações do Ministério do Trabalho

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acusou o governo federal de estimular a prostituição. Segundo o parlamentar, isso estaria ocorrendo porque o Ministério do Trabalho, em seu *site*, define a categoria "profissionais do sexo" na lista da Classificação Brasileira de Ocupações.

– Este é um governo trapalhão, que pode ser processado

por cafetagem. Só faltava isso ao Brasil: um governo cafetão. Mas é isso o que é o governo Lula – declarou Antero.

O senador mencionou em seu discurso matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* segundo a qual um juiz da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, motivado por essa mesma questão, solicitou que o Ministério Público Federal investigue o Ministério do Trabalho.

– O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, que já foi responsabilizado por maus-tratos aos anciãos quando ordenou o cadastramento de todos os aposentados do país, agora

estaria estimulando os jovens a se prostituir. O governo deveria ter mais responsabilidade com a sociedade brasileira – afirmou. Antero também criticou o que chamou de "inesgotável capacidade do governo do PT de criar confusão e de gerar situações que desgastam sua própria imagem".

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP) expressaram apoio às posições de Antero. Virgílio sugeriu que o ministro do Trabalho fosse convocado para esclarecer a polêmica. Já Tuma disse que o discurso do senador de Mato Grosso parecia a "leitura de um relatório policial".

Ministério faltou com respeito às mulheres do país, diz Heloísa

A líder do PSOL, senadora Heloísa Helena (AL), lamentou em Plenário a decisão do Ministério do Trabalho de incluir a categoria "profissionais do sexo" na Classificação Brasileira de Ocupações. A parlamentar apoiou o discurso do senador Antero Paes de Barros.

– O pior é que o Ministério do Trabalho, além de utilizar linguagem chula para se referir a muitas mulheres pobres que, muitas vezes, vendem o corpo por um prato de comida, estimula, com detalhes sórdidos, a velha afirmação de que o único destino para as meninas pobres

deste país tem que ser a prostituição – advertiu a senadora. Ela reafirmou seu "protesto e indignação" em relação ao ato do ministério.

Heloísa Helena aproveitou para criticar o veto presidencial ao aumento salarial de 15% para os servidores da Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União. A senadora argumentou que, "se o Executivo tivesse um pouco mais de vergonha na cara", teria aumentado "dignamente" o salário dos servidores do Executivo.

A senadora por Alagoas avalia que os parlamentares governis-



PROTESTO "Medida reforça crença de que o único destino das meninas pobres é a prostituição", diz Heloísa

tas agiram de maneira "cínica e dissimulada" ao aprovarem, na Câmara dos Deputados e no Senado, os projetos de lei que autorizaram o aumento de 15% aos servidores das duas Casas e depois permitirem que o Executivo vetasse o reajuste.

Senado exhibe documentos históricos

A ligação entre o Rio e Niterói motivou debates desde 1875. As opiniões se dividiam entre construir uma ponte ou um túnel unindo os dois centros urbanos vizinhos. Requerimento de Joaquim Cardoso de Mello Reis, de 1917, solicitando concessão para construir uma ponte ligando Niterói à então capital federal, é um dos 13 documentos raros que o Senado exhibe na XII Bienal Internacional do Livro do Rio.

A exposição, a maior que o Senado já realizou em feiras de livro, conta também com fotografias e documentos históricos.

Bienal do livro reúne 251 autores no Rio de Janeiro

A XII Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, aberta ontem, é o maior evento literário já realizado na capital fluminense. Enquanto na primeira edição do evento, em 1983, realizado no Copacabana Palace, a área total era de 1,4 mil metros quadrados, a feira deste ano, no Riocentro, ocupa três pavilhões, totalizando 55 mil metros quadrados.

O investimento total da feira, somados os gastos dos expositores e da organização, chegou a R\$ 18 milhões, e a expectativa de faturamento é de R\$ 40 milhões, apenas com a venda

direta de livros aos visitantes.

O público está estimado entre 550 mil e 600 mil pessoas. A programação oficial prevê a participação de 230 autores nacionais e 21 estrangeiros, em quase cem sessões literárias.

A Bienal do Rio está batendo recordes como o de títulos a serem lançados, mais de mil, e de publicações para venda, cerca de 100 mil. A feira abriu com cerca de 2 milhões de livros em exposição, que serão repostos ao longo dos 11 dias de duração do evento. Os organizadores esperam que 1,6 milhão de livros sejam vendidos.



DISCUSSÃO Substitutivo que altera projeto que regulamenta a Ortóptica é apoiado por especialistas na Comissão de Assuntos Sociais

Profissão de ortoptista é debatida em audiência

Depois de audiência ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com representantes de entidades de oftalmologistas e ortoptistas, o relator do projeto que regulamenta a profissão de ortoptista, senador Flávio Arns (PT-PR), decidiu alterar seu substitutivo. A Ortóptica é a parte da Oftalmologia que trata distúrbios da visão binocular, como o estrabismo.

Na justificativa, Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta (PLS 139/03), lembrou que essa profissão é a única com formação superior para a qual não existe regulamentação. Já Arns se disse preocupado com o fato de existir apenas um curso superior de formação em Ortóptica.

O substitutivo diz que o exercício da profissão é privativo

dos diplomados em Ortóptica em estabelecimentos de ensino superior, ou ministrados por cátedra de Oftalmologia, em escolas de Medicina. Também poderão exercer a profissão as pessoas com título de ortoptista expedido pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

A presidente da Associação Brasileira de Ortóptica, Mariza Pfeiffer, e a coordenadora do curso de Ortóptica do IBMR, Viviam Dazue, apoiaram o substitutivo de Flávio Arns.

O presidente da Sociedade de Oftalmologia, Yishifumi Yamane, e o representante do Conselho de Oftalmologia, ex-deputado Cláudio Chaves, propuseram alterar o projeto para que o ortoptista trabalhe "sob supervisão de oftalmologista".

Fórum das imprensas oficiais dos países de língua portuguesa

Os participantes do 5º Encontro das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa (IOLP) aprovaram ontem o regimento do fórum permanente dos órgãos oficiais de divulgação dos países que formam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Até o encerramento do encontro, previsto para hoje, as delegações devem escolher três integrantes que irão compor o secretariado do fórum, que também contará com um conselho permanente com representantes do Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

O documento, aprovado no evento que se realiza no auditório do Interlegis, servirá para aprimorar a cooperação técnica e tecnológica entre as imprensas oficiais dos países de língua portuguesa. O regi-

mento foi elaborado a partir de um estatuto que começou a ser traçado no primeiro encontro da entidade, em 2000. O texto será revisto no próximo encontro da IOLP, a ser realizado em 2006, para que questões surgidas a partir de divergências entre os países presentes ao encontro possam ser discutidas e incorporadas.

